

S.



R.

9
Dume
Franco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2025

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, no Auditório Manuel Faria, da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os funcionários de apoio da Câmara Municipal, os membros da Assembleia, bem como os presidentes de junta e união de freguesias e ainda o público que acompanha esta sessão através da página do Facebook do Município. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu para que quando fosse chamado o nome de cada um dos presentes, respondessem de forma assertiva e em voz alta, para que possa ficar gravada. Passou depois a palavra à segunda-secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás, Orlando Alberto Morais Borges, Carla Maria Bravo Franco, Carlos Manuel Gomes Alendouro, Inês Alexandra Carvalho Herdeiro, Helena Sofia Pantaleão Lisboa, em substituição de Maria João Rei Martins e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra; da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, pelo seu Presidente, Hélio José Madureira Aires; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pelo representante da sua Presidente, Hélder Francisco Pousada. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Simões Martins, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar e Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e da FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Verificou-se a ausência, da **bancada do PS – Partido Socialista**, o Senhor Deputado António Manuel Aires Correia, que não justificou a sua falta. -----

----- Verificou-se a ausência, na **bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da senhora Helena Maria Valença Freitas Azevedo, que não justificou a sua falta, convocada na sequência do pedido de substituição da Deputada Clara da Conceição Sousa Alves. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Secretária Natércia Maria Silva Santos Reis. -

----- A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pelo seu tesoureiro, Alexandre José Pereira. -----

S.



R.

Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Assim, verificaram-se vinte e cinco presenças e duas ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia, deu continuidade aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artigo 24º e artigo 38º do Regimento): --**

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior;* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artigos 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artigos 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* -----

----- b) *Relatório de Atividades Anual da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 2024 para CONHECIMENTO;* -----

----- c) *Estatuto do Direito de Oposição – 2024 – para APROVAÇÃO;* -----

----- d) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico / Assistente Técnico, para a DECAJ – para APROVAÇÃO;* -----

----- e) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico / Assistente Técnico, para a DUT – para APROVAÇÃO;* -----

----- f) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Técnico Superior / Técnico Superior, na área de Contabilidade e Economia – SACP/DF – para APROVAÇÃO;* -----

----- g) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Técnico Superior / Técnico Superior, na área de Contabilidade e Economia – SEF/DF – para APROVAÇÃO;* -----

----- h) *Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Técnico Superior / Técnico Superior, na área de Gestão, afetar à DOP – para APROVAÇÃO;* -----

----- i) *Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio – para APROVAÇÃO;* -----

----- j) *Carta Social Municipal – para APROVAÇÃO* -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artigo 24º e artigo 38º do Regimento)** -----

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, informou que tinha dado entrada um convite para um encontro mensal com a designação "Vez e Voz aos Presidentes das Assembleias Municipais" da Associação Nacional de Assembleias Municipais, bem como o relatório das atividades de dois mil e vinte e quatro da CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alfândega da Fé. Informou depois que qualquer uma destas comunicações estará disponível nos serviços municipais para as poderem consultar se assim o entenderem. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior.* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir ou pedir algum esclarecimento relativamente a esta ata. Não havendo inscrições para intervir, passaram à votação da mesma, tendo sido, aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artigos 24º e 38º do Regimento)** -----

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou aos Senhores Deputados se alguém se pretendia inscrever para intervir, tendo-se verificado as inscrições dos Senhores Deputados Municipais Orlando Borges, Bruno Veríssimo, Daniel Martins e Carlos Alendouro. -----

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Municipal, **Orlando Borges**. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, bem como quem assistia através das redes sociais. Continuando, disse que o motivo da sua intervenção era para apresentar, uma Moção "**Pela clarificação da legislação das Barragens e dos Centros Eletroprodutores**, que passou a ler e a seguir se transcreve: -----

----- " **Portugal é hoje uma referência, por excelentes razões, na produção energética a partir de fontes renováveis e está firmemente comprometido com todas as metas ambientais da descarbonização e da transição energética, contudo, tais objetivos podem, devem e têm de ser compatibilizados com objetivos de coesão territorial e socioeconómicos.** -----

----- **A construção e exploração de centros eletroprodutores, designadamente hídricos, eólicos e fotovoltaicos, que nos últimos anos tem crescido de forma significativa, tem impactos ambientais, paisagísticos e socioeconómicos junto das populações locais, especialmente nos territórios onde são aproveitados os recursos naturais. Desta forma, estas externalidades devem ser devidamente compensadas no quadro da justiça fiscal e no desenvolvimento da coesão territorial justa.** -----

----- **Os benefícios que as concessionárias extraem da exploração económica daquelas infraestruturas devem ter um tratamento fiscal transparente e equitativo e devem ser alocados ao desenvolvimento das respetivas regiões, quer por via da captação de receitas fiscais ou financeiras, quer por via do cumprimento de outras medidas de compensação contratualmente previstas.** -----

----- **Conscientes desta realidade e pelo facto de o concelho de Alfândega da Fé ser um dos 138 Municípios que produzem energia renovável, os eleitos locais deste Município tomaram conhecimento da entrada na Assembleia da República, de um projeto de lei, que tem por base uma proposta trabalhada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que pretende clarificar a legislação de forma a terminar com as interpretações titubeantes que têm permitido que ano após ano, fiquem por pagar, tributos devidos pelas concessionárias de infraestruturas eletroprodutoras. Tiveram ainda conhecimento que esta proposta de alteração legislativa está a servir de base para a discussão que o Grupo de Trabalho, criado recentemente pelo atual Governo, está a fazer para estudar e apresentar uma proposta de recomendações ao Governo, sobre o método de avaliação das barragens e centros eletroprodutores.** -----

----- **Assim, os deputados municipais de Alfândega da Fé, reunidos em sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia 22 de fevereiro de 2025, deliberam:** -----

----- **Apelar ao agendamento, discussão e votação da legislação agora em projeto bem como, a todas as bancadas parlamentares da Assembleia da República que se envolvam, participem e aprovem esta clarificação legislativa a bem das populações e dos territórios onde é gerada esta riqueza energética.** -----

----- **A presente MOÇÃO, depois de votada e aprovada será enviada:** -----

----- **1. a todas as Assembleias Municipais dos Municípios da Secção de Energias Renováveis da ANMP,** -----

----- **2. a todas as bancadas com assento parlamentar,** -----

----- **3. aos respetivos Partidos Políticos,** -----

----- **4. à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública,** -----

----- **5. Comissão de Poder Local e Coesão Territorial,** -----

----- **6. ao Governo;** -----

----- **7. ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República e ao Exmo. Sr. Presidente da República."** -----

----- O Senhor Deputado Orlando Borges disse depois que esta Moção tinha sido apresentada nesta Assembleia pela bancada do Partido Socialista, mas faziam questão que fosse apresentada juntamente com a bancada da coligação PSD-PPD/CDS-PP. -----

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, colocou, a Moção "*Pela clarificação da legislação das Barragens e dos Centros Eletroprodutores*", apresentada pelo Senhor Deputado Orlando Borges, à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 24 (vinte e quatro) membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Orlando Borges, dizendo que a presente Moção ficará a constar do Expediente desta Assembleia. Passou de seguida a palavra ao Senhor Deputado Bruno Veríssimo. -----

----- O Senhor Deputado **Bruno Veríssimo** interveio, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que se associam à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Orlando Borges e que, basicamente, o que estava em causa era prevenir erros futuros daquilo que estavam a arcar neste momento por tudo o que foi feito, ou seja, os nossos territórios foram abrangidos pelas energias renováveis, quer pelas barragens, quer pelas eólicas, e não foram devidamente ressarcidos e a prova estava à vista com batalhas jurídicas intermináveis para poderem receber o que lhes é de direito. Por isso, entende que toda a população do território terá a ganhar com esta moção e o voto da sua bancada será favorável, agradecendo, por isso, à Bancada do Partido Socialista o facto de a ter apresentado, porque será um benefício para todos os habitantes destas terras. Continuando, o Senhor Deputado Bruno Veríssimo lembrou uma questão já solicitada numa sessão de Assembleia anterior que diz respeito aos terrenos situados na Barragem da Esteveinha, onde perguntaram porque é que ainda não tinham retornado a domínio público. Nessa altura o Senhor Presidente da Câmara disse que no início do ano iria trazer novidades e, como é um tema que os preocupa, tendo em conta o tempo já decorrido e a falta de investimento que estava protocolado, gostariam de saber se de facto já havia novidades. -----

----- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, **Daniel Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes e aproveitou também para desejar um Bom Ano. Disse que pretendia abordar dois assuntos de ordem económica. Explicou que sempre que recebe pessoas amigas e conhecidas, que não conhecem a zona, faz questão de as levar ao Santuário de Santo Antão da Barca, porque é um local com uma beleza natural ímpar e este Santuário está muito bem situado. Contudo, disse que as pessoas chegam ao local e dizem: "Isto de facto é muito lindo, mas não tem nada! O que se faz aqui?" E responde que de facto não se fazia ali nada. Referiu que aquele local estava assim há muitos anos e continua sem se fazer nada. Continuou dizendo que, recentemente, a Câmara Municipal vai avançar com obras de acesso ao Santuário e, apesar de considerar que isso é ótimo, o facto de ter um melhor acesso não iria garantir a exploração daquele local e a sua preservação. O Senhor Deputado Daniel Martins fez questão de dizer que considerava que, mesmo com o mau acesso, este local continua a ter potencial e o que estranha é que se alguém, neste momento, chegar lá, por exemplo, um gestor privado, como é que vai saber que aquele espaço está disponível para ser explorado, pois não tem lá informação para tal e mesmo que pesquise na Internet, não encontra o local. Deu depois o exemplo de que quando quer procurar terrenos, dirige-se a uma imobiliária para saber o que está à venda e referiu que este trabalho não tem sido feito e está ali um investimento grande e era uma pena este espaço ficar assim. O Senhor Deputado Daniel Martins disse ainda que sabe que a gestão daquele espaço não está propriamente sob a alçada da Câmara Municipal, mas entende que acaba por ser um grande influenciador para que haja mais proatividade para pôr este "bem" a rentabilizar. Depois, o Senhor Deputado Municipal Daniel Martins, relativamente a um novo espaço que abriu recentemente, o Espaço Cowork, disse que nunca mais tinha ouvido falar desse espaço e gostava de saber se estava a funcionar e se está, quem é que o está a utilizar, se são funcionários públicos ou empreendedores? -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Daniel Martins e concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado Carlos Alendouro. -----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Municipal, **Carlos Alendouro**, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que o motivo da sua intervenção era para propor um Voto de Pesar, juntamente com a bancada da coligação do PSD/PPD-CDS/PP, que passou a ler e que a seguir se transcreve: -----

----- "*A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé manifesta o seu profundo pesar pela morte de Delfim dos Santos Penarroios que faleceu no passado dia 03 de fevereiro de 2025, aos 71 anos. O Senhor Delfim dos Santos Penarroios*"

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

desempenhou o cargo de presidente da Junta de Freguesia do Sendim da Serra em três mandatos, de 1983 a 1993 (1983 a 1985, 1986 a 1989 e 1990 a 1993). -----

----- Enquanto autarca, deixou um legado em prol do bem-estar da comunidade e do desenvolvimento local, sempre com uma postura de proximidade e dedicação. -----

----- Neste momento de dor, endereçamos as nossas mais sentidas condolências à família, aos amigos e a todos que tiveram o privilégio de conviver e trabalhar ao seu lado. -----

----- Em face deste triste acontecimento, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, delibera: -----

----- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento; -----

----- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

----- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, colocou o Voto de Pesar pelo falecimento de Delfim dos Santos Penarroijs, apresentado Senhor Deputado Carlos Alendouro, à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 24 (vinte e quatro) membros presentes, aprová-lo e enviá-lo, posteriormente à sua família. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs um minuto de silêncio, a este propósito, tendo sido cumprido. Informou depois que, relativamente ao Voto de Pesar, o mesmo seguirá os trâmites normais que será, em nome de toda a Assembleia Municipal enviá-lo à família. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais alguém pretendia intervir, não se tendo verificado mais inscrições. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

----- Interveio assim o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como aqueles que os acompanham através das redes sociais. Disse que se pretendia associar, em seu nome e em nome de todo o Executivo Municipal, ao Voto de Pesar apresentado. Deu depois os parabéns pelo facto de terem aprovado, por unanimidade, em nome dos dois partidos, a Moção apresentada. Explicou que esta Moção tem um efeito simbólico e que esse trabalho estava a ser feito e vai continuar a ser feito. Informou que estão a dar passos importantes para esta justiça fiscal dos nossos territórios e que é um dever deles para com as nossas populações. Disse ainda que Alfândega da Fé tem tido o grato prazer de participar neste processo através da Secção de Municípios de Energias Renováveis, pois são a Vice-Presidente desta Secção. O Senhor Presidente da Câmara disse que espera que este trabalho brevemente "venha a ter frutos" para o nosso território. -----

----- Relativamente às questões solicitadas pelos Senhores Deputados Municipais, nomeadamente pelo Senhor Bruno Veríssimo, o Senhor Presidente da Câmara disse que no que diz respeito à Esteveinha, de facto tinha dito que traria uma proposta para essa situação, mas que ainda não era possível porque têm tido muito trabalho no Gabinete Jurídico, mas que tem de ser resolvida e espera que na próxima Assembleia possam trazer esse assunto e ficar definitivamente resolvido. Informou ainda que como estão em início de ano, com as avaliações do SIADAP, o processo da Qualidade, os concursos, que estão a decorrer, tem havido muito trabalho e os recursos humanos não são suficientes e por isso tem de compreender e não pode exigir mais daquilo que é humanamente possível, mas vão ver se conseguem trazer à próxima sessão de Assembleia Municipal. -----

----- Continuando e relativamente às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Daniel Martins, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que concorda e subscreve o desabafo dele, pois é de facto uma visão lúcida sobre aquele espaço do nosso território e que é pena não ser propriedade do Município ou até de uma Junta de Freguesia, mas não se pode alterar, pois ele sempre pertenceu à Confraria do Santo Antão da Barca, sendo que a parte religiosa pertence à igreja. Disse ainda que infelizmente, para ele, aquele espaço era "uma pedra no sapato", pois é um espaço lindíssimo, com uma paisagem deslumbrante e chegam lá e vêem um espaço a degradar-se, dia após dia, sem manutenção. Referiu que entendem as dificuldades das pessoas, que têm as suas vidas. Informou depois que a Confraria

S.



R.

3
Daniel
Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

esteve muito tempo sem estar organizada, mas agora está organizada e desde a primeira hora em que se organizaram, com uma nova Direção, tem insistido muito para que se sentem à mesa e apresentem um plano de atividades que certamente terá o apoio do Município, bem como da União de Freguesias. O Senhor Presidente da Câmara referiu que havia ali algumas arestas a limar com algumas infraestruturas, nomeadamente com a escritura e com o registo dos terrenos. Para além disso, disse que a EDP tem ainda uma verba substancial para transferir para a Confraria do Santo Antão da Barca. Havia algumas dificuldades que ficaram de resolver, disse, e que insiste mas, infelizmente, o assunto não está a ser resolvido e estão nesta situação e que, para além da verba que a EDP tem para transferir para a Confraria, como contrapartidas de acordos que tinham no passado, a União de Freguesias também decidiu que o dinheiro que já recebe e que tem na sua conta, de cerca de trinta e cinco mil euros, será para a Confraria e será transferido, mediante acordo a celebrar entre a Confraria e a União de Freguesias, para que possa depois ser investido naquele espaço em equipamentos, apetrechamento do Restaurante, da Casa do Ermitão, para depois poderem, com o apoio de todos, pensar numa possível concessão daquele espaço privado para que possa ser dinamizado, pois é isso que quer. Lembrou que estes alertas são bons e que na segunda-feira seguinte irá ligar ao Senhor Presidente e diretores da Confraria para dizer que é urgente resolver esta situação. -----

----- Seguidamente, respondendo ainda ao Senhor Deputado Daniel Martins, relativamente ao Espaço Cowork, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que este espaço está a funcionar e que de facto não tem tido muita atividade, mas é um espaço que está aberto e disponível para a nossa Comunidade, para os funcionários públicos mas também para os trabalhadores liberais, instituições, associações. Informou que tem havido algumas reuniões de trabalho na área do empreendedorismo, no setor empresarial e que inclusive, estiveram, durante uma semana, um grupo de jovens estudantes, em Erasmus, que frequentaram as Jornadas da Aldeia no ano passado. Disse depois que irão fazer uma campanha de sensibilização, divulgação e informação do espaço para ver se conseguem atrair mais pessoas para esse espaço, reiterando que ele está disponível para quem quiser. Alertou depois que este projeto é da CIM-TTM - Terras de Trás-os-Montes, financiado pelo PRR que queria criar uma rede de espaços Cowork nos nove Concelhos que compõem a CIM-TTM e claro que Alfândega da Fé não podia deixar de ter o seu. Para além disso, disse que foi uma forma de irem buscar dinheiro para reabilitar aquele edifício. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia: -----

----- 3. Período da Ordem do Dia (artigos 25º e 39º do Regimento) -----

----- a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O NÚMERO 2, ALÍNEA C), DO ARTIGO 25.º DA LEI NÚMERO 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse que como é habitual, trazem este documento em todas as Assembleias e serve para fazer o ponto da situação de toda a atividade municipal desenvolvida por cada uma das Divisões. Destacou, na Divisão de Urbanismo e Território um balanço final, que corresponde ao balanço anual, sobre processos que entraram na Câmara e os respetivos prazos. Salientou depois que nos últimos dois anos têm entrado muitos processos nesta Divisão e que vivem tempos com algumas dificuldades de recursos humanos, mas que, mesmo assim, respondem de forma muito satisfatória e até antes dos prazos legais. -----

----- Continuando, referiu-se à Divisão de Economia, Cidadania, Animação e Juventude, dizendo que a informação relativa aos últimos dois meses vinha mais resumida, área a área e que é uma Divisão que faz um trabalho e um acompanhamento muito próximo da nossa Comunidade. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara, destacou depois a Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos que, para além do balanço anual, vinha também o já habitual balanço que agora fazem à execução da Barragem de Gebelim, onde explica os trabalhos executados, mas que apesar de terem algum atraso, estão já com dois vírgula dois milhões de euros de execução financeira nesta obra. O Senhor Presidente da Câmara destacou também o excelente trabalho que esta Divisão tem feito, nos últimos meses, na área da requalificação dos nossos jardins e dos espaços verdes e que eram bem visíveis na nossa Vila. Explicou que começaram com a candidatura para reabilitar as árvores, retirar algumas que já estavam mortas, tendo feito uma grande recuperação das árvores no nosso Concelho. Informou que também fizeram uma intervenção que ia da rotunda do Parque Verde até ao Complexo Desportivo e continuaram com essa dinâmica, tendo já arranjado algumas rotundas e outros espaços e vão continuar com esse trabalho durante o corrente ano. Deu, por isso, os parabéns a esta equipa, que ainda esta sexta-feira tinha terminado o arranjo junto ao Parque Verde, que também estava algo degradado e agora está muito mais bonito. Entretanto referiu-se à Divisão de Obras e Planeamento, onde estavam todos envolvidos, desde o Executivo, ao Gabinete de Candidaturas, ao Chefe desta Divisão. Disse que estão num período de muitos trabalhos e muitos desafios, pois têm o Quadro Comunitário a andar a grande ritmo, bem como a União Europeia, a CCDR, o País, porque querem que executemos em dois anos o que era para ser executado em quatro anos. Informou que eram mais de vinte processos a serem tratados e todo o plano de ação do PT2030 do Município estava em andamento e estão a trabalhar com as entidades parceiras, com as instituições, juntas de freguesia e de facto era um trabalho muito exigente. Contudo, disse que algumas empreitadas estavam a avançar e em breve arrancará a segunda Fase da obra de Requalificação da Zona Industrial, ou seja, um investimento de cerca de quatrocentos mil euros, para poderem concluir o que começaram no ano passado. Informou depois que estavam também a trabalhar com a empresa, a quem fizeram a posse administrativa, num acordo para fecharem o Lagar D'El Rei através do qual o Município não irá ficar prejudicado em nada, muito pelo contrário, pois permite fechar a obra sem qualquer encargo para o Município de Alfândega da Fé e ver se nos próximos dois meses conseguem encerrar esta obra, que gostariam de inaugurar no Feriado Municipal. O Senhor Presidente da Câmara abordou também a questão das estradas municipais, que já foram anunciadas e aprovadas em reuniões de câmara, cujo processo irá agora para Visto Prévio do Tribunal de Contas para ver se também conseguem arrancar com este importante investimento ainda durante a primavera. Disse ainda que o processo da obra da Zona de Fruição Fluvial de Santo Antão da Barca também estava a ser preparado para ir para o Tribunal de Contas. Referiu-se depois a um projeto novo, cuja candidatura foi feita em dezembro e que querem iniciar o mais rapidamente possível, que é a Requalificação das Piscinas Municipais para poderem concluí-la até ao verão, esperando que apareça uma empresa e se a obra é feita. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que estão em fase de aquisição de uma nova máquina de rastros para o Município, ou seja, um investimento de duzentos e cinquenta mil euros, que vem somar às duas máquinas existentes, sendo que uma delas, que estava avariado, irá ser recebida na próxima semana. Assim, passarão no total, a ter três máquinas de rastros, permitindo assim uma melhor resposta às nossas freguesias. Depois falou da aquisição das novas viaturas que todos puderam ver através das redes sociais do Município, ou seja, duas viaturas todo-o-terreno e duas viaturas ligeiras de passageiros de nove lugares e que já eram esperadas há muitos meses, mas o processo atrasou-se por diversos motivos, disse. Entretanto informou que decidiram adquirir estas viaturas a pronto pagamento, uma vez que a situação financeira do Município estava melhor e ficam a aguardar pelos autocarros, cuja entrega estava atrasada e a previsão de entrega tinha agora passado para junho. -----

----- O Senhor Presidente informou depois que tinham concluído há poucos dias uma obra importante, a Requalificação da Escola Primária na aldeia de Picões, dizendo que se trata de uma obra muito bem executada e que se situa num espaço maravilhoso e vai ser inaugurada no próximo dia um de março, aquando da Caminhada "À Procura de Espargos Selvagens", reforçando o convite para que todos possam estar presentes. Informou também que a Inauguração desta Escola contará com a presença do Presidente do Turismo do Porto e Norte, Dr. Luís Pedro Martins. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente referiu-se à parte da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, onde podiam verificar no documento o ponto da situação do contencioso, bem como a informação sobre as execuções fiscais, -----

S.



R.

Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

relacionadas sobretudo com a questão da água. Abordou ainda o Espaço do Cidadão, o Balcão Móvel e os Recursos Humanos. -----

----- Seguidamente, referiu-se à Divisão Financeira, destacando o habitual ponto da situação económico-financeiro, que traduz aquilo que tem vindo a ser dito nas reuniões de câmara e nas assembleias municipais, nomeadamente nas últimas, que é o facto da situação financeira ter vindo a melhorar muito. Realçou depois alguns aspetos, nomeadamente a taxa de execução do Orçamento de dois mil e vinte e quatro, que superou os 90% (noventa por cento) na área da receita e esteve muito perto desta percentagem na área da despesa, isto é, esteve acima dos 85% (oitenta e cinco por cento) que as boas normas de execução dos orçamentos recomendam. Informou também que no equilíbrio orçamental, o cenário durante o ano de dois mil e vinte e quatro era muito negativo, mas face à boa execução, o resultado negativo reduziu muito, ficando quase a metade, o que revela que foi feito um bom trabalho na contenção da despesa corrente. Tudo isto deveu-se também à boa medida das despesas com a ADSE serem agora pagas diretamente por esta entidade, pois há um ano atrás eram pagas pelos Municípios e essa alteração ajudou ao controle das despesas correntes e com o pessoal. O Senhor Presidente da Câmara destacou ainda o cumprimento da grande meta da redução do endividamento do Programa de Ajustamento Municipal. Para além disso, disse que também tiveram uma redução do excesso de endividamento em 80% (oitenta por cento), face ao ano de dois mil e vinte e três, pois este excesso é que os faz estar no FAM, explicou. O Senhor Presidente da Câmara referiu que se arriscava a dizer que este ano será o ano em que sairão desse excesso de endividamento. Relativamente ao prazo de pagamento, o Senhor Presidente da Câmara informou que também tiveram uma forte redução, isto é, passou de 118 (cento e dezoito) para 91 (noventa e um) dias, explicando que neste momento este prazo estava muito mais abaixo porque pagaram uma boa parte da dívida a curto prazo, pois os dados aqui presentes são relativos ao final do trimestre. Informou depois que o índice da dívida também tinha tido uma forte redução do ano de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro, ou seja, passou de um ponto noventa e um para um ponto cinquenta e sete e quando passar abaixo de um e meio, sairão do excesso de endividamento. O Senhor Presidente da Câmara disse que tudo isto eram boas notícias para os alfandeguenses e para todos nós e, para além disso, deu nota que, face a esta melhoria significativa, decidiram pagar as faturas à empresa Resíduos do Nordeste que, no ano de dois mil e vinte e três, tinham aprovado pagar através de um Acordo de pagamento a cinco anos, mas, como esse processo demorou muito a ser tratado e, face a esta melhoria financeira, decidiram pagar essas faturas no final do ano, tal como decidiram pagar as viaturas a pronto pagamento. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara lembrou que aprovaram em sessão de Assembleia Municipal a abertura do Empréstimo de Curto Prazo até um vírgula três milhões de euros, mas só decidiram abrir até um vírgula um milhões de euros, pois não foi necessário ir até ao máximo. O Senhor Presidente da Câmara disse que ficava agora disponível para eventuais esclarecimentos que venham a ser solicitados por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado as inscrições do Senhor Deputado Orlando Borges, do Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales e do Senhor Deputado Daniel Martins. -----

----- Interveio o Senhor Deputado, **Orlando Borges** para dizer que apenas pretendia enaltecer o trabalho do Executivo Municipal e dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, bem como aos seus vereadores e também à anterior Presidente da Câmara Municipal, Dr^a Berta Nunes, porque fomos habituados a ouvir o excesso de endividamento e agora veem "a luz ao fundo do túnel" ao ouvir falar da saída do excesso de endividamento, reiterando os parabéns, dizendo depois que continuem a trabalhar afincadamente como o têm feito. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Orlando e concedeu a palavra ao Senhor Professor Diamantino Mário Lopes. -----

----- Interveio então o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, que começou por dizer que gostaria mais de ser tratado por "Presidente de Junta" e brincou dizendo que na escola é que era tratado por professor. Continuando, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales pediu ao Senhor

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Presidente da Câmara que esclarecesse melhor a questão da aquisição da máquina de rastos, porque sabe muito bem, que ele, na qualidade de Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Bragança, tinha solicitado uma reunião à CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e que essa reunião tinha sido realizada no Espaço Cowork, já com algum atraso, pois pretendiam sensibilizar as Câmaras que compõem a CIM, para que os nove milhões de euros que tinham para gastar na Proteção Civil, fossem gastos de acordo com a opinião das Associações de Bombeiros do Distrito que pertencem à CIM. O Senhor Diamantino Mário Lopes disse ainda que na altura que lhe foi concedida a reunião um pouco fora de prazo, pois as decisões já estavam tomadas e não conseguiram influenciar os Presidentes de Câmara no sentido de serem sensíveis às dificuldades dos bombeiros e às suas expectativas, mas mesmo assim, reconheceu que, no caso de Alfândega da Fé, nunca se oporiam à aquisição da máquina de rastos, porque de facto é um instrumento fundamental para o combate a incêndios, caso haja. Por isso, reiterou que o Senhor Presidente da Câmara explicasse melhor este processo, porque esta situação foi “*fefizada*”, ou seja, o volume era de nove milhões, distribuído pelas câmaras.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales e concedeu depois a palavra ao Senhor Deputado Daniel Martins. -----

----- Intervio, seguidamente, o Senhor Deputado **Daniel Martins**. Disse que, relativamente à Divisão de Urbanismo é referido o não cumprimento dos prazos, ou seja, o aumento de quatro casos em dois mil e vinte e três para quarenta e seis em dois mil e vinte e quatro. Para além disso, é referida uma necessidade de contratação de um Técnico Superior, eventualmente, em dois mil e vinte e cinco. Assim, pretende saber se o Município tem intenção de o fazer, por forma a diminuir estes atrasos nos prazos de resposta e das dificuldades que a Divisão de Urbanismo e Território estava a ter. Entretanto, o Senhor Deputado Daniel Martins, referiu-se à água para consumo humano, dizendo que tinham sido identificados 22 (vinte e dois) incumprimentos de qualidade da água. Perguntou se não seria melhor, nos casos em que repetem estes incumprimentos, nos locais em que isso acontece repetidas vezes, avisar a população para não consumirem água da torneira, pelo menos durante o período em que as análises não venham regulares. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Daniel Martins e concedeu depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para dizer que, em relação aos parabéns que o Senhor Deputado Orlando Borges deu, quando fizeram a adesão ao FAM e ao Programa de Ajustamento Municipal, em 2015 (dois mil e quinze), sendo que o início da execução foi em 2016 (dois mil e dezasseis), a data prevista para a saída do excesso de endividamento era 2025 (dois mil e vinte e cinco). Explicou depois que com a ambição e a vontade de quererem reduzir impostos e também de cumprir o compromisso com os alfundeguenses, face ao bom desempenho que tiveram em 2019 (dois mil e dezanove), aquando da primeira revisão, decidiram antecipar essa meta para 2023 (dois mil e vinte e três) e depois veio o que todos nós sabemos. Disse depois que era interessante ver todo este bom desempenho, porque mesmo assim, face ao que estava previsto no início, vão cumprir essa data da saída do excesso de endividamento. Entretanto, disse que a questão do Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales era pertinente e agradece, permitindo assim explicar melhor aquilo que é o PT2030 e aquilo que era o pacto que têm na CIM-TTM. Assim, explicou que havia uma verba que tinha sido distribuída por todas as CIM's, tendo em conta a população das Comunidades Intermunicipais, da sua dimensão bem como de outros critérios socioeconómicos. No nosso caso, disse, têm cento e nove milhões de euros a distribuir por nove municípios, tendo calhado ao Município de Alfândega da Fé o valor de cerca de seis milhões, divididos em cinco OP's/Eixos, sendo um deles a Proteção Civil, com cerca de seiscentos mil euros. Explicou ainda que o que foi feito foi, naquilo que é o trabalho na Proteção Civil, em colaboração com os bombeiros, inverter naquilo que são as prioridades e as necessidades de investimento, pois na verdade a aquisição de uma máquina de rastos era algo que ambicionavam há muitos anos, até porque querem que uma das máquinas fique, durante o período de verão e de risco de incêndio, mais disponível para os nossos bombeiros poderem utilizá-la, ficando também disponível para uma emergência. Tudo isto, sem prejudicar aquilo que é o trabalho de gestão e manutenção dos caminhos agrícolas. O Senhor Presidente, Eduardo Tavares, explicou também que o restante dinheiro vai ser direcionado para fazerem

S.



R.

Brás
Brás

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

investimentos no nosso Centro de Meios Aéreos, pois ainda falta fazer alguns trabalhos na heli pista bem como onde estão os GIP's, nomeadamente, criar um pequeno "Hangar" e melhores condições de segurança para o depósito de combustíveis do helicóptero e também melhorar a sinalização da pista que não tinha sido bem executada. Para além disso, disse que esse dinheiro também ia ser para fazerem uma pequena reparação nos armazéns da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Martins, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, reconheceu que é necessário contratar mais recursos humanos para a Divisão de Urbanismo e Território e também concorda que houve mais incumprimentos fora do prazo, mas mesmo assim, os processos que tinham sido tratados dentro do prazo, foram tratados muito antes do prazo legal, mas obviamente que gostariam de manter os 100% (cem por cento) em tudo. Informou depois que os postos de trabalho estavam previstos no mapa de pessoal do município, mas no corrente ano não será possível recrutar, pois neste momento estão a decorrer os procedimentos para catorze postos de trabalho, mas que logo que seja possível, abrirão procedimentos para novos postos de trabalho, não só para esta área de Urbanismo, mas também para outras áreas que também têm necessidades. Quanto aos incumprimentos, o Senhor Presidente da Câmara disse que eram todos comunicados em Edital para as Juntas de Freguesia e não havia nenhum que não fosse comunicado através da respetiva afixação do Edital nas Juntas de Freguesia. Contudo disse que a taxa de incumprimento não era muito elevada e que a realidade era boa e que podiam ter confiança na segurança da nossa água. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- b) RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – 2024 PARA CONHECIMENTO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, disse que apesar de ser um ponto para conhecimento, passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder a algum esclarecimento. -----

----- Usou assim da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para dizer que se tratava do habitual Relatório de atividades anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, aprovado, por unanimidade, pela sua Comissão Alargada. Disse que esta Comissão fazia um trabalho extraordinário. Continuando, disse que este Relatório tinha um resumo bastante interessante para facilitar a leitura de um documento com mais de oitenta páginas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara aproveitou depois o momento para agradecer o trabalho das Instituições, dos seus membros, dirigindo-se depois ao secretário desta Comissão, que estava ali presente, Dr. Fernando Macedo, informando que ele estava disponível para prestar algum esclarecimento adicional ou alguma dúvida que tenham. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e perguntou depois se alguém se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido Relatório, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 526 (quinhentos e vinte e seis) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- c) ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – 2024 – PARA CONHECIMENTO -----

----- Intveio neste ponto, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**. Informou que mais um ano asseguraram o cumprimento da Lei número 24/98, de 26 de maio aos titulares do Direito de Oposição, aos partidos políticos que tinham assento nesta bancada parlamentar e também aos nossos vereadores. Destacou depois a boa forma como os trabalhos têm sido conduzidos, com proatividade de ambas as partes. Referiu que era um relatório simples e o que estava consagrado na Lei tinha sido cumprido a bem da transparência e da boa convivência política e da nossa comunidade, não havendo muito mais a dizer e que era um ponto para conhecimento. -----

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, reiterando que este era para conhecimento. Aproveitou para dizer que tem sido um gosto conduzir esta Assembleia, pela urbanidade e elevação com que os grupos parlamentares têm apresentado as suas propostas e as suas ideias, muito diferente de outras Assembleias que conhece. Abriu depois um período de inscrição para quem se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do Relatório referente ao Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), anexo à informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 525 (quinhentos e vinte e cinco) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos do artigo 10º/1, da Lei 24/98, de 26 de maio. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu passou à leitura dos pontos seguintes tendo proposto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma abordagem conjunta das alíneas d) a h), considerando que são assuntos idênticos. -----

----- d) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA UM ASSISTENTE TÉCNICO / ASSISTENTE TÉCNICO, PARA A DECAJ – PARA APROVAÇÃO -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, e após ter concordado fazer os esclarecimentos, em conjunto, das alíneas d) a h), disse que fazia todo o sentido falar destes pontos em conjunto pois são semelhantes. Informou que estes procedimentos concursais vinham no seguimento da aprovação, em junho de dois mil e vinte e quatro, da abertura de catorze postos de trabalho, tendo estado abertos, numa primeira fase, para a Bolsa de Emprego Público. Explicou que nove lugares ficaram desertos e cinco tiveram opositores ao concurso, ou seja, funcionários públicos que já tinham vínculo de emprego público e que concorreram, sendo que estes cinco lugares tiveram que passar por outro processo, enquanto, os nove que ficaram desertos já tinham sido aprovados, tendo depois avançado para a abertura dos respetivos concursos externos. Entretanto, estes cinco lugares acabaram por ficar novamente desertos porque os opositores não tinham comparecido às provas e por isso mesmo vem agora esta proposta de abertura de procedimento concursal para estes cinco lugares, à semelhança do que aconteceu com os nove postos anteriores. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que consta também, da documentação enviada, o parecer do FAM – Fundo de Apoio Municipal, que é obrigatório. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir em alguma das subalíneas, tendo-se verificado a inscrição do Senhor Deputado Daniel Martins. -----

----- Interveio, do seu lugar, o Senhor Deputado **Daniel Martins**, para perguntar o que eram os opositores, se eram pessoas que quiseram concorrer e não compareceram? O Senhor Presidente da Câmara explicou que nesta fase houve cinco funcionários públicos que concorreram, mas que não compareceram aquando da realização das provas que tinham que fazer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e aproveitou para dizer que provavelmente a dúvida do Senhor Deputado Daniel Martins tinha a ver com o significado da palavra "opositores", informando que não são as pessoas que se opõem mas sim as que se candidatam, sendo esta a terminologia usada nos concursos públicos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 602 (seiscentos e dois) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos previstos no artigo 33º, número 1, alínea ccc), do Anexo à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no artigo 45.º, número 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), aprovada pela Lei número 45-A/2024, de 31 de dezembro, autorizar a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico, para a Divisão Económica, -----

S.



R.

Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Cidadania, Animação e Juventude, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

----- e) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA UM ASSISTENTE TÉCNICO / ASSISTENTE TÉCNICO, PARA A DUT – PARA APROVAÇÃO -----

----- As explicações constam na alínea d) do ponto três. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 613 (seiscentos e treze) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos previstos no artigo 33º, número 1, alínea ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no artigo 45.º, número 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), aprovada pela Lei número 45-A/2024, de 31 de dezembro, autorizar a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico, para a Divisão de Urbanismo e Território, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

----- f) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE CONTABILIDADE E ECONOMIA – SACP/DF – PARA APROVAÇÃO -

----- As explicações constam na alínea d) do ponto três. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea f) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 616 (seiscentos e dezasseis) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos previstos no artigo 33º, número 1, alínea ccc), do Anexo à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no artigo 45.º, número 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), aprovada pela Lei número 45-A/2024, de 31 de dezembro, autorizar a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior, na área da Contabilidade e Economia – SACP, para a Divisão Financeira, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- g) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE CONTABILIDADE E ECONOMIA – SEF/DF – PARA APROVAÇÃO ----

----- As explicações constam na alínea d) do ponto três. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 627 (seiscentos e vinte e sete) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos previstos no artigo 33º, número 1, alínea ccc), do Anexo à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no artigo 45.º, número 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), aprovada pela Lei número 45-A/2024, de 31 de dezembro, autorizar a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior, na área da Contabilidade e Economia – SEF, para a Divisão Financeira, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

S.



R.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- h) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE GESTÃO, AFETAR À DOP – PARA APROVAÇÃO -----

----- As explicações constam na alínea d) do ponto três. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea h) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 636 (seiscentos e trinta e seis) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos previstos no artigo 33º, n.º 1, alínea ccc), do Anexo à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no artigo 45.º, número 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025), aprovada pela Lei número 45-A/2024, de 31 de dezembro, autorizar a abertura de Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior, na área Gestão, para a Divisão de Obras e Planeamento, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- i) CÓDIGO DE BOA CONDUTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO – PARA CONHECIMENTO --

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que este assunto era para conhecimento. Referiu que em boa hora o Gabinete Jurídico tinha decidido apresentar este Código de boas práticas na Conduta e Prevenção no Combate ao Assédio no Trabalho e que tudo isto decorre dos termos da lei nº 73/2017, que reforça o quadro legislativo nesta matéria, tanto para o setor privado como para o setor público e que torna obrigatória a adoção de códigos de boa conduta nas entidades. Informou depois que não tinham este Código, remetendo depois para a proposta que tinha sido enviada aos Senhores Deputados Municipais e que tinha sido aprovada em reunião de câmara e estava agora para conhecimento de todos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, perguntou depois se alguém se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho do Município de Alfândega da Fé, anexo à informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 895 (oitocentos e noventa e cinco) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- j) CARTA SOCIAL MUNICIPAL – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos membros do Executivo para proceder às devidas explicações do assunto, tendo o Senhor Presidente da Câmara passado a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, para poder explicar este assunto, uma vez que era uma área do seu pelouro. -----

----- Interveio assim a Senhora Vice-Presidente da Câmara, **Maria Manuel Silva**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Informou depois que a Carta Social Municipal é um instrumento que já é familiar, explicando que se trata de um instrumento de planeamento territorial, mapeamento e fornecimento de informação atualizada relativamente às tipologias de respostas sociais e às infraestruturas que dão essas mesmas respostas no nosso Concelho, nomeadamente estruturas residenciais para idosos, de serviço de apoio domiciliário, centro de dia, creches, etc. Disse depois que este instrumento que vinha para aprovação para o período de 2025 (dois mil e vinte e cinco) a 2029 (dois mil e vinte e nove) faz o diagnóstico daquilo que é a nossa realidade, ou seja, das infraestruturas existentes para cada tipo de serviço, com o número de utentes em cada um desses serviços e no final programa a necessidade de fazerem mais investimentos nestas áreas e tentarem alargar o número de vagas em estruturas residenciais e criarem mais infraestruturas para centro de dia, pois é uma

S.



R.

[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

necessidade que até ao nível de sede de Concelho se sente bastante e o facto de saberem, por exemplo, que há sêniore a deslocarem-se para o Mini-Lar de Vilarchão, pode privar quem tenha mais dificuldades motoras. Entretanto, também destaca a necessidade de um Lar residencial dirigido a pessoas com deficiência, sendo um assunto que já consta no "radar" das necessidades, mas este alargamento de respostas carece de financiamento e que logo que haja possibilidade, este trabalho dará continuidade para poder haver mais respostas sociais. A Senhora Vice-Presidente disponibilizou-se depois para eventuais dúvidas ou questões que os Senhores Deputados quisessem colocar. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea j) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o número 897 (oitocentos e noventa e sete) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com base na Portaria número 66/2021, de 17 de março, aprovar a referida Carta Social. -----

Período de Intervenção do Público (artigos 22º e 41º do Regimento)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir, tendo-se verificado a inscrição do Senhor Carlos Simões. -----

----- Intveio então o Senhor **Carlos Simões**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que o motivo da sua intervenção era apenas pra referir que tiveram, outrora, o Senhor Manuel Vicente Faria e este Senhor opôs-se a meia-dúzia de fascistas em Alfândega da Fé que havia nessa altura e que em relação à cultura tinha sido um indivíduo que "deu cartas". Continuou, fazendo referência a esta pessoa e que quando há eventos só se fala na "Casa da Cultura" e não se faz referência ao nome desta tão importante pessoa que consta na história alfandeguense. Reiterou o facto de sempre se falar em "Casa Cultura", repetindo a pergunta se esta referência era intencional. O Senhor Carlos Simões disse que tem que se continuar a falar no Senhor Dr. Manuel Vicente Faria, pois é importante que os nossos filhos, os nossos netos tenham presente este nome e não fazê-lo desaparecer, acrescentando depois que seria extremamente catastrófico esquecerem o nome deste indivíduo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Carlos Simões, dando depois a palavra aos membros do Executivo Municipal para se pronunciarem, uma vez que entendeu que o tema era pertinente. -----

----- Usou da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara, **Maria Manuel Silva**, para dizer que de facto era um assunto muito pertinente e que sabem muito bem da importância de todo o trabalho cultural que tinha sido desenvolvido pelo Dr. Manuel Vicente Faria, tanto que estavam num auditório batizado com o seu nome. Fez depois boa nota do que os tinha trazido ali e irão ser cuidadosos e mais sensíveis a essa questão nas comunicações do Município. Informou que comunicam permanentemente e que havia muitas atividades a decorrer neste auditório e não custa nada fazerem referência ao nome, porque efetivamente, têm de fazer lembrar quem são as pessoas, o que foram e o que fizeram. A Senhora Vice-Presidente agradeceu o reparo que o Senhor Carlos Simões fez e disse que não era propositado, mas de facto criou-se a habituação do termo "Casa da Cultura" e nem o auditório, nem a galeria são chamados pelo nome que têm. Para além disso, disse que, mesmo ao nível do edifício, deveria ser dado o devido destaque ao Mestre José Rodrigues. Contudo, a Senhora Vice-Presidente disse que ficava o reparo e que irão tratar de alterar esse paradigma, agradecendo, mais uma vez. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Depois passou a palavra à senhora primeira secretária, **Carla Franco**, que procedeu, de imediato, à leitura da minuta da ata. -----

----- Colocada a votação a minuta da ata, foi a mesma aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro deputados presentes, passando todos os pontos da ordem de trabalhos, a produzir efeitos de imediato. -----

----- Para finalizar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu depois a todos pela presença. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Brás
(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

Carla Franco
(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila Branco
(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade, dos presentes na sessão da Assembleia Municipal de 25/04/2025

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Carlos Brás
(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

Carla Franco
(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila
(Domitila de Fátima Morais Branco)

